

Texto 4

O PAPEL DO SUAS NO ENFRENTAMENTO A HOMOFOBIA

A maior expressão da violência que atinge a população LGBT são os crimes de assassinato motivados por ódio e intolerância a orientação sexual e/ou identidade de gênero da vítima. Mas outras formas de violações também ocorrem. Essas violências tornaram-se ainda mais evidentes com a publicação de pesquisas oficiais organizadas pela Coordenação de Promoção dos Direitos LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Em 2012, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República realizou o lançamento do “*Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011*”, possibilitando um minucioso mapeamento, com informações oficiais, das violências que recaíram sobre a população LGBT durante 2011 (BRASIL, 2012).

No ano de 2013 o mesmo órgão lançou o “*2º Relatório Sobre Violência Homofóbica: O ano de 2012*”. Os resultados do 2º Relatório apontaram que, no Brasil, o número de denúncias de violência homofóbica cresceu 166% em relação a 2011, aumentando de 1.159 para 3.084 registros (BRASIL, 2013). Os gráficos abaixo demonstram as identidades das vítimas.

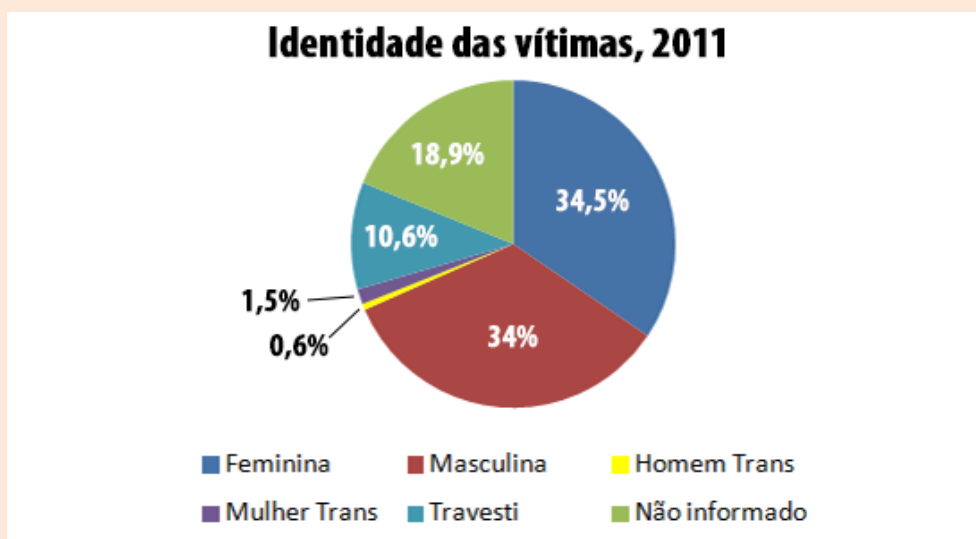


Gráfico 1 (BRASIL, 2012)

Conforme evidenciado no Gráfico 1, no ano de 2011 houve um equilíbrio em relação ao gênero das vítimas. Do total de pessoas que sofreram violência, 34% foram identificadas como pertencentes ao gênero masculino e 34,5 foram identificadas como pertencentes ao gênero feminino. Já no ano de 2012, conforme evidenciado pelo Gráfico 2, a maioria das vítimas pertenciam ao gênero masculino, um percentual de 54,19%.

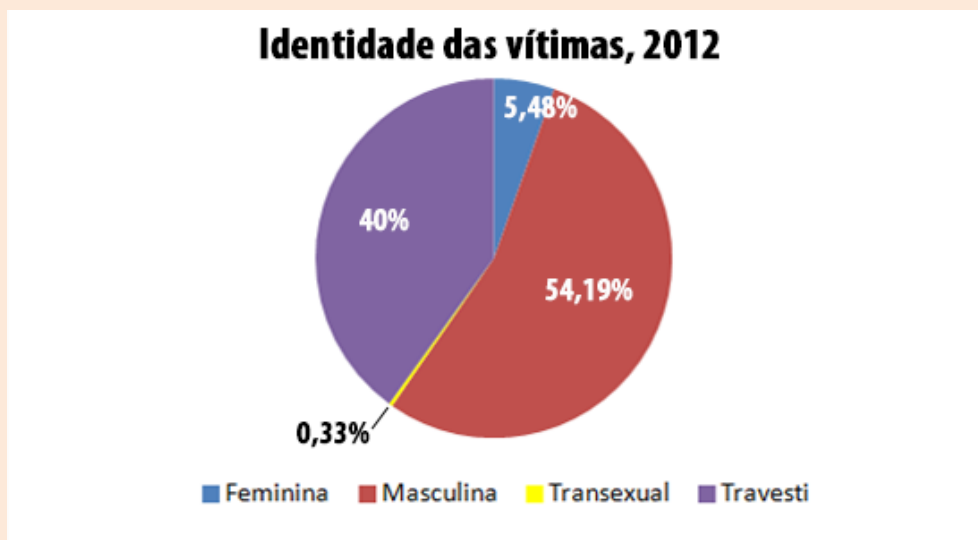
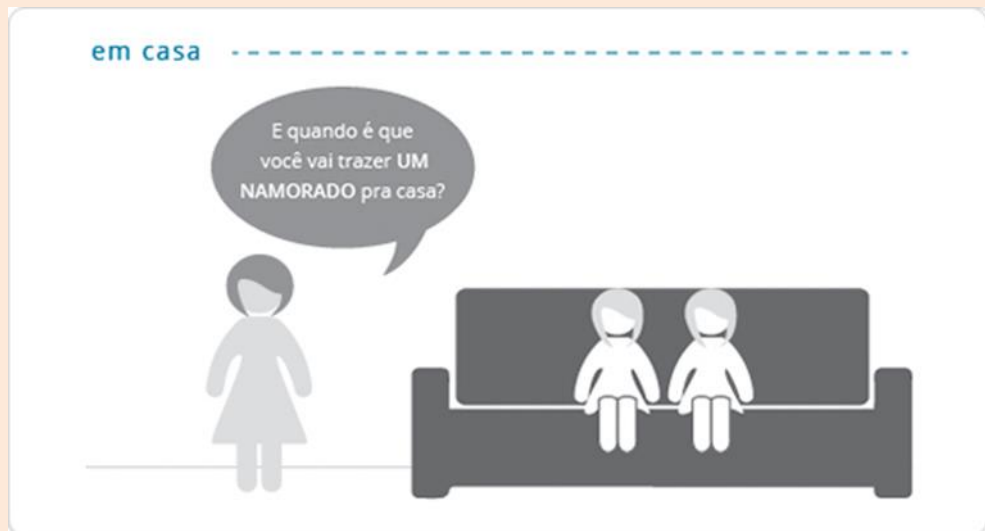


Gráfico 2 (BRASIL, 2013).

Cleyton Feitosa (2016) no seu artigo intitulado “*As diversas faces da homofobia: diagnóstico dos desafios da promoção de direitos humanos LGBT*” refletiu sobre os diversos modos, lugares e instituições onde o fenômeno da violência homofóbica opera. Na concepção desse autor, devemos compreender que a homofobia perpassa os diversos ambientes sociais. Nesse sentido, ele apontou seis “espaços sociais” onde essa violência tem operado, são eles:

Família

- Em muitos casos, a população LGBT é punida no interior de suas famílias por meio de xingamentos ou até agressões físicas. Em outras situações, há a expulsão do/a indivíduo/a LGBT quando a família descobre a sua orientação sexual ou identidade de gênero.



Mídia

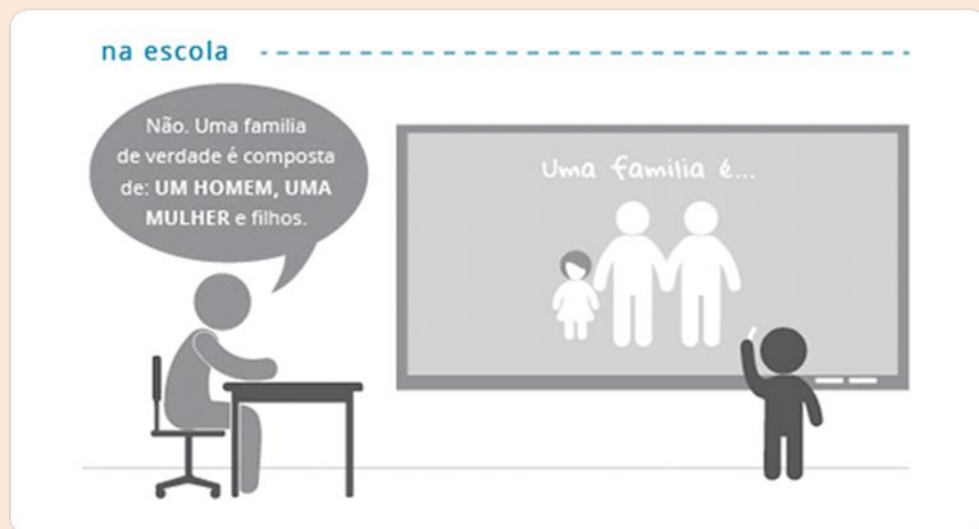
- Através da ultra exposição das identidades sexuais de pessoas vítimas da homofobia. Na mídia também são construídos estereótipos negativos em relação a população LGBT.

Saúde

- Se expressa por meio da negligência no atendimento, falta de respeito ao uso do nome social das travestis e dos homens e mulheres transexuais, bem como através da exposição dos/as pacientes LGBT.

Educação

- O sistema educativo tem se mostrado omissa na promoção da cidadania e do respeito, além da escola ser um espaço de prática diária do bullying homofóbico.



Judiciário

- Através da postura de indiferença e hostilidade por parte de alguns servidores/as e juízes/as.

Trabalho

- Se expressando através de assédios morais e demissões motivadas por intolerância a orientação sexual ou identidade de gênero.

Duas pesquisas realizadas por Sérgio Carrara em 2001 e 2006, revelaram um perfil das vítimas de violência homofóbica no Brasil. Segundo esses levantamentos, entre os/as homossexuais (gays e lésbicas), os gays são o grupo mais vulnerável a sofrer homicídios que ocorrem geralmente nas suas residências. Outro aspecto relevante é que segundo Carrara e Viana (2001), na maioria dos assassinatos contra gays são utilizadas armas brancas e após o assassinato a família das vítimas nega ou afirmam desconhecer sua homossexualidade.

Ainda segundo Carrara (2006), em relação as pessoas travestis e transexuais, as mulheres trans são as mais vulneráveis a serem vítimas de homicídios. De acordo com Carrara (2006), esses crimes são cometidos em praças, parques ou pontos de prostituição, realizados com armas de fogo e a família das vítimas geralmente não comparecem para reconhecimento do corpo ou organização do sepultamento. Lamentavelmente, mesmo após suas mortes, essas pessoas ainda continuam sendo negadas, violadas e esquecidas pelo Estado e por suas famílias.

Buscando dar mais atenção ao problema da violência homofóbica em Pernambuco, o Governo do Estado, instituiu em 2013 a Portaria conjunta SEDSDH/SDS/SAG n° 4818 de 2013 que dispõe sobre o conceito de Homofobia, necessário à sistematização e mensuração dos dados oficiais de crimes ou violações de direitos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT (PERNAMBUCO, 2013).

A Portaria conjunta SEDSDH/SDS/SAG n° 4818 apresenta duas concepções de Homofobia, são elas:

Homofobia Direta

Como a violência cometida em razão da orientação afetivo-sexual e/ou identidade de gênero da vítima caracterizada em sua maioria pelo acentuado ódio contra LGBT (PERNAMBUCO, 2013).

Homofobia Indireta

Como a violência que encontra no perfil de vulnerabilidade da população LGBT um contexto favorável ao seu cometimento ou impunidade, destacando-se os espaços de sociabilidade LGBT como terrenos férteis para o cometimento de violências e crimes tendo em vista o seu isolamento e invisibilidade (PERNAMBUCO, 2013).

A Portaria conjunta SEDSDH/SDS/SAG n° 4818 prevê ainda que A Secretaria de Defesa Social (SDS) adotará as providências necessárias para incluir os campos “nome social”, “orientação afetivo-sexual” e “identidade de gênero”, bem como o da motivação homofóbica no Boletim de Ocorrência (BO), de modo a garantir sua inserção no Sistema de Informações Policiais (INFOPOL/SDS) ou em outros que vierem a ser criados (PERNAMBUCO, 2013).

Essa iniciativa do Governo de Pernambuco foi motivada, em grande parte, pelos elevados índices de assassinatos contra a população LGBT no nosso estado. Segundo dados oficiais do Governo Federal, Pernambuco foi um dos estados onde ocorreram mais crimes de assassinatos contra a população LGBT nos anos de 2011 e 2012 (BRASIL, 2012) (BRASIL, 2013)

Muitos casos de violência contra a população LGBT chegam até o SUAS, seja através das vítimas dessa violência que procuram acolhimento nos serviços socioassistenciais, seja através de familiares das vítimas, ou ainda nas visitas as comunidades realizadas pelos/as profissionais que trabalham no SUAS. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário:

De acordo com o Censo SUAS 2015, dos 2.435 CREAS que responderam a questão sobre o atendimento de situações de discriminação em decorrência da orientação sexual no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) no ano de 2014, 69,3% dos CREAS confirmaram ter atendido situações de violência e violação de direitos devido a orientação sexual. Destes, 61,5% dos CREAS alegaram ter atendido crianças e adolescentes; 51,2% Mulheres adultas; 53,6% Homens adultos e 40,1% Idosos vítimas de descriminação em decorrência de orientação sexual (BRASIL, 2016, p. 5).

Ao receber uma vítima da violência homofóbica na sua unidade de trabalho primeiro você deve demonstrar atenção e solidariedade, isso é fundamental para que essa vítima não fique constrangida de buscar ajuda. Muitas vezes os/as indivíduos/as LGBT têm vergonha de relatar o que sofreram. Busque atender esse/a usuário/a vítima de violência homofóbica oferecendo-lhes os serviços socioassistenciais cabíveis. Também é importante que essa pessoa tome conhecimento dos canais de denúncia para que ela possa registrar a violência que sofreu, indique sempre disque 100 que vai orientar como essa vítima de violência deve proceder.



Os/as profissionais que atuam no SUAS têm um papel fundamental no enfrentamento a violência homofóbica. Não é à toa que as entidades representativas de diversos profissionais que atuam no SUAS, instituíram nos seus códigos de ética ou em resoluções, o combate ao preconceito e a discriminação.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por exemplo, é uma das mais combativas instituições brasileiras quando pensamos sobre o enfrentamento a violência homofóbica. Em 2011, a OAB criou a Comissão da Diversidade Sexual no âmbito do seu Conselho Federal. Essa comissão destina-se a discutir e coordenar as matérias, projetos e ações da entidade na área de diversidade sexual.

Outra organização preocupada com a cidadania LGBT no Brasil é o Conselho Federal de Psicologia (CFP). No ano de 1999, o CFP instituiu a Resolução 01/99 que proíbe a ingerência de qualquer psicólogo/a na tentativa de “cura” de homossexuais. A resolução estabelece ainda que os/as psicólogos/as não atuaram para reforçar a imagem da homossexualidade como patologia. Infelizmente, alguns profissionais da psicologia tiveram seu registro profissional cassado, outros respondem a processos no Conselho de Ética do CFP por divulgarem propagandas prometendo a “cura” a homossexuais, como se a homossexualidade fosse uma doença.

Mais recentemente, em 2006, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) instituiu a resolução 489/2006 do CFESS “vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social”, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética de 1993.

Nesse sentido, advogados/as, assistentes sociais e psicólogos/as que atuam no SUAS devem respeitar a orientação sexual e a identidade de gênero dos/as usuários/as, tendo em vista que o código de ética, outras normativas e as ações das entidades representativas desses/as profissionais recomendam uma postura profissional de combate a qualquer tipo de discriminação.

Entretanto, o enfrentamento a homofobia no SUAS não deve ficar apenas a cargo dos/as advogados/as, assistentes sociais e psicólogos/as. Todos/as os/as profissionais que atuam nos serviços socioassistenciais devem ter uma postura de combate à violência homofóbica e de acolhimento da população LGBT. Veja o que diz a Cartilha do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário:

É importante perceber que o desafio da assistência social ao enfrentamento à violação de direitos se dá por duas frentes: A primeira voltada à provisão direta do atendimento qualificado às pessoas que sofrem violência e violações e a segunda voltada para ações que envolvem o atendimento ao usuários e também os trabalhadores do SUAS por meio de atividades que promovam mudanças culturais em torno dos valores que aprofundam as desigualdades e perpetuam a violência nos territórios (BRASIL, 2016, p. 8 e 9).

Percebam que dois elementos são imprescindíveis para que o SUAS colabore com o enfrentamento a homofobia. Inicialmente é necessário o acolhimento das vítimas de violência homofóbica, mas também são essenciais o desenvolvimento de atividades que busquem promover mudanças culturais sobre o olhar da comunidade em relação a população LGBT. Por isso o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário recomenda que os/as trabalhadores/as do SUAS:

Procurar informações sobre a existência de conselhos, comitês, serviços públicos, grupos, instituições e organizações que trabalham com a temática ou que militam na causa LGBT. A articulação com estas instâncias pode potencializar o atendimento e ampliar a rede de cuidados e defesa de direitos, além de servir como parceiros para qualificação do atendimento da rede socioassistencial diante das demandas específicas da população LGBT (BRASIL, 2016, p. 7 e 8).



O Disque - 100 recebeu no ano de 2015 1.983 denúncias de violações de direitos da população LGBT. Esse número representa um aumento de 94% no registro de manifestações de denúncias de violações contra a população LGBT entre os anos de 2014 e 2015 (BRASIL, 2016).

São muitos os desafios da sociedade brasileira na efetivação dos direitos constitucionais previstos na nossa Carta Magna de 1988. Ainda precisaremos de um longo percurso para superar as violências praticadas contra a população LGBT no Brasil. Já existem algumas iniciativas governamentais que incidem sobre essa questão, embora sejam experiências tímidas e isoladas, o SUAS pode contribuir muito nesse percurso de busca pela superação da homofobia.



Ao longo do curso refletimos sobre a atuação dos/as profissionais do SUAS frente a casos de violência homofóbica, também dialogamos sobre muitas especificidades relacionadas a população LGBT. Acredito que esse curso contribuiu para o aperfeiçoamento da sua prática profissional.

É importante que você reflita diariamente sobre sua conduta e a de seus/as colegas de trabalho. Busque atuar profissionalmente com ética e responsabilidade. Contribua com a construção de um SUAS cada vez mais acolhedor para as populações em situação de vulnerabilidade social, como é o caso da população LGBT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: O ano de 2011**. Brasília: SEDH, 2012.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: O ano de 2012**. Brasília: SEDH, 2013

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Cartilha Garantia da Utilização do Nome Social para Pessoas Travestis e Transexuais**. Brasília, 2016.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro, **Physis**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, pp. 233-249. 2006.

CARRARA, Sergio; VIANNA, Adriana RB. **Homossexualidade, violência e justiça**: a violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa. IMS/UERJ/Fundação Ford, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução No. 489 de 03 de junho de 2006**. Diário Oficial da União de 07 de junho de 2006. Brasília.

FEITOSA, Cleyton. As diversas faces da homofobia: diagnóstico dos desafios da promoção de direitos humanos LGBT. **Periódicus**, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out.2016. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17193>. Acesso em: 06/09/2016.

PERNAMBCUO. Portaria conjunta SEDSDH/SDS/SAG nº 4818 de 2013. **Dispõe sobre o conceito de Homofobia, necessário à sistematização e mensuração dos dados oficiais de crimes ou violações de direitos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT**. Recife, 2013.